

Chile 2013: as eleições e a falência do modelo chileno¹

Chile 2013: elections and the failure of Chilean model

Marcos Antônio da Silva²

Guillermo A. Johnson³

RESUMO

Este trabalho analisa as recentes eleições no Chile e o questionamento do modelo neoliberal implantado na ditadura de Pinochet e mantido até o momento. Neste sentido, discute os fundamentos, características e resultados de tal modelo, apontando que sua falência é evidenciada pelos pífios indicadores sociais, pela insatisfação popular, pelos protestos sociais (estudantes, indígenas, entre outros) e pela afirmação da Nova Maioria. Em suma, as eleições chilenas de 2013 demonstram a necessidade de construção de um novo modelo que conjugue desenvolvimento com equidade, algo comum a toda a América Latina.

Palavras-Chave: América Latina; Chile; Eleições; Modelos.

ABSTRACT

This paper analyzes the recent elections in Chile and the questioning of the neoliberal model implemented in Pinochet dictatorship and kept up to date. In this sense, discusses the fundamentals, characteristics and outcomes of such a model, showing that its failure is evidenced by the meager social indicators, by popular dissatisfaction, the social protests (students, indigenous, etc.), and the assertion of the New Majority. In short, the Chilean elections of 2013 demonstrated the need to build a new model that combines development with equity, something common to all Latin America.

Keywords: Latin America, Chile; Elections; Models.

Introdução

A sociedade chilena sintetiza, em grande medida, o drama e os dilemas latino-americanos associados às possibilidades de promover desenvolvimento com equidade. Neste sentido, apesar de constituir-se numa sociedade institucionalizada e com uma

¹ Artigo recebido em 26 de novembro de 2013 e aceito para publicação em 02 de fevereiro de 2014.

² Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Membro do LIAL/UFGD (Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre América Latina), Dourados, Brasil.

³ Professor de Ciência Política da Universidade Federal da Grande Dourados (UFGD). Coordenador do LIAL/UFGD (Laboratório Interdisciplinar de Estudos sobre América Latina), Dourados, Brasil. Conjuntura Global, Curitiba, Vol.2, n.4, out./dez., 2013, p. 205-213.

democracia de equilíbrio tenso até os anos 70 e apresentar indicadores sociais melhores que os demais países da região, a breve experiência do governo Allende, que buscou implementar uma sociedade mais igualitária (o caminho chileno para o socialismo), foi brutalmente interrompida por um golpe cívico-militar, liderado por A. Pinochet que, além da repressão aos setores populares, implementou no país um modelo neoliberal extremo que, desde então, vem acentuando as desigualdades sociais e demonstra, atualmente, limites evidentes (SADER, 1984; AGGIO, 1993; GARCÉZ, 1993).

As recentes eleições no Chile, apesar da existência de um segundo turno com ampla vantagem para Michelle Bachelet à frente da Nova Maioria, uma atualização da Concertação (liderada pelo Partido Socialista e Democrata-Cristão, ambos com profundas raízes históricas) que governou o país desde a transição, parecem indicar que o modelo chileno, tão decantado em outras partes da América Latina dá mostras evidentes de esgotamento. Se confirmada, a vitória de Bachelet, abdicando de uma promissora carreira em organismos internacionais, apresenta uma nova em relação à política chilena e mantém o pendulo progressista nos processos eleitorais regionais, como vem ocorrendo desde o início do século. A combinação das eleições com as lembranças (comemorações?) dos 40 anos do Golpe no Chile parecem não ser apenas uma coincidência casual, como certamente devem contribuir, real e simbolicamente para tal desenlace e nos ajudam os dilemas do novo governo que emergirá das urnas.

Este trabalho procura analisar os contornos e os possíveis impactos, internos e externos do processo eleitoral chileno.

O Modelo Chileno: construção e falência.

A história chilena do século XX é marcada pela efêmera experiência do Governo Allende que, sabotado interna e externamente (principalmente pelos EUA), não conseguiu realizar o desejo de construção do socialismo pela via democrática (SADER, 1984; GARCÉZ, 1993; BANDEIRA, 2008), sendo derrubado pela instauração da ditadura militar de Pinochet que conduziu não somente a morte, o desaparecimento e o exílio de milhares de cidadãos como também a instauração de um modelo que se espalharia pela

América Latina duas décadas depois, com os mesmos efeitos. Desta forma, o anseio latino-americano por desenvolvimento com equidade social, foi substituído pela experiência neoliberal que, neste caso, nasce marcada a sangue (REGALADO, 2012).

O modelo neoliberal chileno levou ao extremo a política de mercantilização das esferas sociais e se expressa, até hoje, em três dimensões fundamentais: a constitucional, a política e a econômica-social (Atria, Larraín, Benavente e Joignant, 2013).

Desta forma, a lógica mercantil se espalhou inclusive pelo Estado, determinando uma submissão ampla do público aos interesses privados. Tal marca é visível nos serviços públicos que estão efetivamente privatizados ou são geridos por tal ótica. Dois exemplos emblemáticos, embora não únicos, são a previdência, já que até hoje 39% da população - quase a metade dos chilenos - não dispõe de nenhum tipo de seguridade social e as existentes são privados e cuja remuneração é muito baixa (KRUGMAN, 2004) e, principalmente, a educação, já que todas as universidades chilenas são pagas, mesmo as públicas, e muitos cursos chegam a custar cerca de U\$ 5000,00 anuais, o que leva a juventude e suas famílias ao endividamento ou à exclusão do ensino superior, entre tantos outros aspectos questionados pela mobilização estudantil nos anos recentes (RODRÍGUEZ e ITURRA, 2012).

Tal modelo, implementado pelos 'Chicago Boys', fundamenta-se numa economia voltada à exportação (basicamente de produtos primários) que ampliou sua participação no PIB de 17%, em 1980, para 42%, em 2004 (CEPAL, 2004), numa ampla abertura comercial, na precarização dos direitos trabalhistas e no fortalecimento das grandes empresas primário-exportadoras. Desta forma, como apontam Atria, Larraín, Benavente e Joignant (2013), os três pilares do modelo chileno constituíam-se na estabilidade macroeconômica (e seus condicionantes), na abertura comercial (e seus efeitos) e numa estratégia não intervencionista de desenvolvimento (privatização do Estado).

Apesar de promover um relativo desenvolvimento econômico ao longo das últimas duas décadas, o aumento do PIB *per capita* e o aumento do volume das exportações (basicamente de produtos primários- cobre, peixes e frutas, entre outros), tal desempenho não se repetiu no campo social, pois a desigualdade social acentuada ao Conjuntura Global, Curitiba, Vol.2, n.4, out./dez., 2013, p. 205-213.

longo da ditadura Pinochet tem se mantido inalterada, mesmo nos governos da Concertação e, agora, de Sebastian Piñera. A sociedade chilena se tornou mais desigual, pois, entre 1990 e 2003, os 20% mais ricos concentraram, em média, 55% da renda total e no outro extremo os 20% mais pobres da população, tem apenas 4,7% da renda total; além disso, os 10% mais ricos concentram 27 vezes a renda dos 10% mais pobres e os 5% mais ricos da população ganham mais de 830 vezes a renda dos 5% mais pobres, conforme informe da OCDE (Comissão Europeia, 2013)⁴.

O outro indicador, o índice Gini, demonstra que o país oscila em torno dos 0,58 pontos (num *continuum* que vai de 0 a 1), mantendo-se praticamente estável, ao longo de todo o período analisado. Assim, o crescimento econômico chileno é desigual e combinado, como sustenta Frank (1976). Tal indicador é reforçado pelo informe de desenvolvimento humano do Banco Mundial (2005), que apontava que o Chile encontrava-se em 80º lugar da lista de países por desigualdade de renda - sendo o 4º pior colocado na América Latina (atrás de Brasil, Paraguai, e Colômbia) e tendo, nesse quesito, um desempenho pior que alguns países africanos bem mais pobres, como Zâmbia, Nigéria e Malawi⁵.

Além disto, o modelo pinochetista ao conduzir uma ‘transição negociada’ determinou inúmeras travas no sistema constitucional e eleitoral chileno que evitaram, até aqui, sua substituição impedindo a formação de uma maioria capaz de modificar determinados aspectos do texto constitucional. O bloqueio de mudanças pode ser percebido por três mecanismos impostos pelo regime ditatorial: a exigência de supermaiorias para modificação de artigos fundamentais, a determinação de um sistema eleitoral que impede tal formação e propicia aos herdeiros do regime uma capacidade de voto, e um sistema de controle da constitucionalidade das leis, através do Tribunal Constitucional, que opera também com poder de voto. Em suma, o modelo que apontamos anteriormente se encontra legalmente (constitucionalmente) protegido, o que certamente determinou a moderação dos governos da Concertação ao longo do

⁴ Disponível em: <http://www.emol.com/noticias/economia/2011/12/05/515741/inequidad-aumenta-en-casi-todos-los-paises-de-la-ocde-y-chile-es-el-pais-mas-desigual.html> (acessado em 21/11/2013).

⁵ Disponível em: <http://www.emol.com/noticias/economia/2011/12/05/515741/inequidad-aumenta-en-casi-todos-los-paises-de-la-ocde-y-chile-es-el-pais-mas-desigual.html> (acessado em 21/11/2013)

processo de transição chilena, como expressou o jurista (Jaime Guzmán) que a elaborou a pedido de Pinochet: *"si llegan a gobernar los adversarios, se vean constreñidos a seguir una acción no tan distinta a la que uno mismo anhelaría, porque- valga la metáfora- el margen de alternativas que la cancha imponha de hecho a quienes juegan en ella, sea lo suficientemente reducido para hacer extremamente difícil lo contrario"* (citado por ATRIA, LARRAÍN, BENAVENTE e JOIGNANT, 2013, pg. 21).

Diante de tais efeitos e limitações e da ampla mobilização popular por mudanças no modelo chileno e dos limites constitucionais impostos pela ditadura de Pinochet é que emerge o debate sobre a falência de tal modelo, coincidindo com as eleições deste ano. Neste sentido, além do trabalho mencionado acima que apresenta um diagnóstico e propostas para a superação ainda que parcial do modelo chileno, vale destacar os trabalhos de Castañeda (2012; 2013) analisando a questão educacional e a necessidade de promoção de um desenvolvimento sustentável com base nas pequenas empresas, no atendimento às demandas sociais e superação da lógica mercantil, em suma, da superação da lógica privada pelo interesse público (em todas as suas dimensões); e de Martner e Rivera (2013), que coordenam uma série de análises críticas sobre os efeitos da política econômica e social do estado chileno, apontando que: *"En efecto, Chile necesita de un nuevo conjunto de políticas públicas que configure una estrategia de desarrollo capaz de poner en congruencia el proceso económico con los derechos y la calidad de vida de los ciudadanos y con la responsabilidad con las futuras generaciones. Esto significa 'cambiar el modelo', es decir cambiar tanto de enfoque analítico sobre el crecimiento y el desarrollo, como de prioridades en la acción gubernamental"* (MARTNER e RIVERA, 2013, pg. 21).

As eleições de 2013: um novo capítulo

As eleições de 2013 foram precedidas de uma intensa mobilização popular relacionada aos temas da educação, dos esclarecimentos dos crimes da ditadura Pinochet com a punição de culpados, de indígenas e outros setores por melhorias nas

condições de vida e serviços efetivamente públicos. Em suma, há na sociedade chilena atual um anseio de mudanças que se traduziu, até aqui, no predomínio de Bachelet.

Para tanto, Bachelet conduziu uma refundação da Concertação, que havia governado o país em quatro dos últimos cinco governos e foi rebatizada de Nova Maioria, e incorporou o tradicional Partido Comunista Chileno que teve como uma de suas candidatas uma das lideranças das manifestações estudantis, Camila Vallejo.

Além disso, o programa de governo, apesar dos reveses e atenuantes ao longo da campanha, indica que as mudanças almejadas poderão ser construídas, principalmente aquelas relacionadas a tentativa de universalização e gratuidade do sistema educacional, tarefa árdua, e no aumento de impostos das grandes corporações para financiá-lo, assim como possibilitar ao Estado maiores recursos para investimento em programas sociais.

Vale ainda destacar que, no primeiro turno das eleições, milhares de cédulas foram escritas com as letras AC de Assembléia Constituinte, reforçando o desejo de uma parcela expressiva da população de que é necessário reformar a constituição para superar as amarras impostas pelo regime pinochetista. Apesar da falta de maioria parlamentar para isto, alguma mudança constitucional deve entrar na agenda política chilena nos próximos anos e propiciar que o país supere a continuidade do regime ditatorial. Além disto, faz-se necessário a redefinição do modelo econômico para que este possa produzir desenvolvimento com equidade.

Da capacidade do novo governo de tomar iniciativas nesta direção e da sociedade chilena de impulsionar, através da mobilização, dependerá o futuro chileno, pois como apontam Martner e Rivera: *"no se nos escapa que para que Chile sea más próspero, más igualitario, con mejor calidad de vida y más responsable con las futuras generaciones, existe un requisito previo, sin el cual no habrá más que expresiones de buenos deseos: alterar las estructuras ilegítimas de poder que se imponen sobre la soberanía popular y bloquean institucionalmente las reformas y transformaciones que el país necesita. Pero es también indispensable dejar de pensar de modo convencional sobre la economía y la sociedad, resistir la colonización de la reflexión por los defensores de intereses particulares y abrir las mentes a la heterodoxia, a la crítica y a la innovación para*

contribuir a la deliberación democrática en nuestra sociedad” (MARTNER e RIVERA, 2013, pg. 25).

Conclusão

Como procuramos demonstrar, as eleições do Chile envolvem mais do que a mera troca de governantes. Trata-se na verdade de uma redefinição do modelo chileno a partir das mobilizações sociais. Neste sentido, apesar do desenlace provável ser a vitória de Bachelet, esta ou sua opositora deverá promover reformas e mudanças em tal modelo. Bachelet está mais inclinada a isto e representa, de certa forma, a retomada de projetos adiados nas últimas décadas, no sentido de promover desenvolvimento com equidade, ainda que de forma moderada.

Neste sentido, as eleições chilenas representam uma nova tentativa de superar um passado recente dramático e os seus efeitos na sociedade atual. Sendo assim, o debate sobre o novo modelo, tão necessário ao Chile e, de certa forma, ao restante da América Latina, envolve uma redefinição e afirmação da esfera pública que foi subjugada pelos interesses privados e mercantis.

Tal processo também parece demonstrar, mais uma vez, que as mudanças fundamentais para o bem-estar da população são construídas a partir do impulso dado pelas mobilizações sociais e que a classe política só se movimenta quando as ruas clamam por algo mais.

Finalmente, a superação do modelo neoliberal, promovendo desenvolvimento com equidade, pode contribuir para que o Chile, não abandonando suas relações no Pacífico ou com os EUA e Europa, supere as barreiras andinas e volte-se, novamente, à América Latina.

Referências Bibliográficas

AGGIO, A. Democracia e Socialismo: A Experiência Chilena. 1. ed. São Paulo: Editora UNESP, 1993.

Conjuntura Global, Curitiba, Vol.2, n.4, out./dez., 2013, p. 205-213.

- ATRIA, F; LARRAÍN, G; BENAVENTE, J. M; e JOIGNANT, J. C. A. *El outro modelo: del orden neoliberal al régimen de lo público*. Santiago: Editorial, 2013.
- BANDEIRA, L. A. M. *Fórmula para o caos: a derrubada de Salvador Allende (1970-1973)*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2008.
- CASTAÑEDA, F. *Financiamiento de la Educación Superior*. In: RODRÍGUEZ e ITURRA, S. G. e J. M. *Ciudadania en Marcha- Educación superior y movimiento estudiantil 2011: curso y lecciones de un conflicto*. Santiago: Editorial USACH, 2012.
- CASTAÑEDA, F. "El otro modelo (o lo mismo modelo)". In: *El Mostrador-Opinión*, Chile, 5 de septiembre de 2013. Disponível em: <http://www.elmostradormercados.cl/destacados/opinion-el-otro-modelo-o-el-mismo-modelo/#strash.M0o7L9uK.dpuf>.
- CEPAL. *Anuario Estadístico*. Santiago: Cepal, 2004.
- COMISSÃO EUROPÉIA. *Chile: Country Strategy Paper 2007-2013*. European Commission: Bruxelas, 2013.
- DONGHI, H. *História da América Latina*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1975.
- FRANK, G. André. *Chile - Economia de livre repressão*. Chile: Centelha, 1976.
- GARCÉS, Joan. *Allende e as Armas da Política*. São Paulo: Scritta Editorial, 1993.
- KRUGMAN, Paul. *Previdência Social: Chile, Thatcher, Bush e o "Paraíso dos Tulos"*. New York: New York Times, 17 de dezembro de 2004 (em português).
- LARRAÑAGA, Osvaldo. *Distribuição de renda e crescimento econômico no Chile*. Disponível em <<http://www.eclac.cl>> Acesso em 15.11.2013.
- MALATRASSI, Patrício. *Chile: A falácia neoliberal- UDI*. Disponível em: <<http://www.rebelion.org/economia>>. Acesso em 20.11.2013.
- MARTNER e RIVERA, G. D. e E. *Radiografía Crítica al "Modelo Chileno- balance y propuestas"*. Santiago: Editorial USACH, 2013.
- REGALADO, Roberto. *La izquierda latino-americana en el gobierno: alternativa o reciclage?* Cidade do México: Ocean Sur, 2012.
- Conjuntura Global, Curitiba, Vol.2, n.4, out./dez., 2013, p. 205-213.

RODRÍGUEZ e ITURRA, S. G. e J. M. Ciudadania en Marcha- Educación superior y movimiento estudiantil 2011: curso y lecciones de un conflicto. Santiago: Editorial USACH, 2012.

SADER, E. Democracia e ditadura no Chile. São Paulo: Ed. Brasiliense, 1984.